



Pesca, Aquicultura e Qualidade de Vida: Um estudo de Caso nas Ilhas de Ananindeua, Pará

Pâmela Melo Costa¹, Francisca Nara da Conceição Moreira², Ana Rachel Broni de Jesus³, Caroline Lima Pinheiro³, Everton SilvaTeixeira²

¹Docente dos Cursos Técnico em Pesca e Técnico em Aquicultura. Mestre em Ecologia Aquática e pesca – IFPA. e-mail: pamela.melo@ifpa.edu.br

²Graduanda do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental - IFPA. Bolsista PIBEX. e-mail:dani_nara@hotmail.com

³Discente do Curso Técnico em Aquicultura – IFPA. Bolsista PIBEX. e-mail:rachel.morenaflor2010@hotmail.com

³Discente do Curso Técnico em Aquicultura – IFPA. Bolsista PIBEX. e-mail:carolinelp91@gmail.com

³Discente do Curso Técnico em Aquicultura – IFPA. Bolsista PIBEX. e-mail:everton_18we@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho faz referência aos estudos e análises de campo, que vem sendo realizado no Projeto “Levantamento do Potencial Pesqueiro, Aquícola e de Qualidade de Vida nas Ilhas de Ananindeua, Pará”. A região estudada localiza-se próxima à capital paraense. Contudo, mesmo com a proximidade dos centros urbanos, vem se apresentando com poucas informações a respeito das temáticas de Pesca, Aquicultura e de Indicadores de Qualidade de Vida, nos âmbitos técnicos, científico, informacionais ou mesmo de ações de desenvolvimento local. Os moradores locais desenvolvem atividades inerentes a captura e cultivo de pescado, extração de produtos florestais e trabalhos na agricultura e ocorre a inexistência de ações voltadas para desenvolvimento local.

Palavras-chave: aquicultura, desenvolvimento, lhas de Ananindeua, pesca, qualidade de vida

1. INTRODUÇÃO

Na Amazônia as atividades agroextrativistas ganham ampla expressividade pelos moradores dos locais que “detêm” os recursos naturais, nela incluem-se as atividades de captura do pescado, extração florestal (açaí, coleta de sementes, frutos da mata, cipós e talas) e extração do pescado (peixes crustáceos, moluscos). Nesse contexto é que a atividade pesqueira vem aumentando seu espaço e ganhando maior importância seja como atividade econômica, social e/ou cultural para cada região, além de apresentar o pescado como a principal fonte de proteína local (PETRERE Jr, 1978 e ALMEIDA, 2006). Segundo Ruffino (2000), em relação às demais regiões brasileiras, a pesca na região amazônica destaca-se tanto nas áreas costeiras quanto em áreas de águas interiores, pela diversidade de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência das populações tradicionais à esta atividade. No estado do Pará, ¼ da população apresenta dependência do setor pesqueiro para a sua sobrevivência, correspondendo a 1,2 milhões de pessoas, das quais 200 mil são pescadores ativos. Outra informação importante é expressa pelo fato de 60% da produção pesqueira da Amazônia ser oriundo da pesca de subsistência ou de mercados locais. (PETRERE Jr, 1978). Nas últimas três décadas, houve uma reconhecida diminuição da abundância de alguns estoques de peixes na Amazônia (o que fomenta o desenvolvimento de atividades de aquicultura). Aliado a isto tem-se a falta de ação eficiente do poder público, responsável por gerenciar o recurso oriundos das atividades de pesca, em que as normas existentes para o ordenamento pesqueiro vigente, em muitos casos, são inadequadas às realidades locais, não sendo cumpridas e nem fiscalizadas. Somado ainda à exclusão da pesca e aquicultura (familiar) como prioridade nos programas governamentais de gerenciamento dos recursos naturais da região, permitindo um aumento descontrolado de exploração de alguns estoques de peixes, que por seu elevado valor econômico, sofre maior esforço de pesca (ISAAC *et al.* 1995; ISAAC & CERDEIRA, 2004). O estudo focou e foca as Ilhas de Ananindeua, onde são aproximadamente 14 ilhas que possuem sua base econômica, social, ambiental e cultural atrelada as atividades extrativistas de pesca, de produtos florestais e cultivos de peixes e hortaliças de forma familiar, sem suporte técnico, financeiro e reconhecimento regional. Este cenário pouco é divulgado, poucos estudos científicos, estudos ou relatórios técnicos informam sobre a realidade das Ilhas, motivo este que norteia a realização e consecução deste estudo. Aliado a isto possui ainda como objetivo levar em consideração que a participação de pescadores e pescadoras da região das Ilhas de



Ananindeua em programas e projetos de pesquisa, de extensão e atuações de assistência técnica são escassos, observa-se, a ausência de uma política de fomento à manutenção e/ou conservação dos recursos pesqueiros, e mesmo política de Educação Ambiental atreladas às bases de Desenvolvimento Sustentável, fazendo-se necessário gerar um olhar à categoria, de pescadores e pescadoras, com vistas a tentar proporcionar a conservação dos recursos pesqueiros (McGRATH, 1993).

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa equívaleu-se para sua realização de técnicas metodológicas para suas análises. Dentre estas técnicas pode-se ressaltar: o levantamento secundário, onde se tem a obtenção de materiais teóricos a cerca dos temas do projeto bem como da localidade de atuação do mesmo. Para isso contando com pesquisas em acervos bibliográficos, trabalhos científicos (dissertações, artigos, dentre outros), secretarias do município e agências de turismo; observação de campo, momento para procurar recolher e registrar os fatos da realidade das Ilhas de Ananindeua, bem como suas respectivas comunidades pesqueiras; entrevistas semi-estruturadas: no intuito de obter respostas aos questionamentos norteadores do levantamento em questão (pescador, aquícola e de qualidade de vida) nas comunidades das ilhas de Ananindeua; reuniões comunitárias: participação nas reuniões comunitárias, a fim de contracenar com a maioria dos representantes locais nos momentos de organização comunitária.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ananindeua localiza-se dentro da região metropolitana de Belém. Os limites de Ananindeua se confundem com os limites da capital paraense, onde o acesso se dá pela rodovia BR-316. É um município brasileiro do estado do Pará localizado na Grande Belém (IBGE, 2010). O município possui 12 ilhas reconhecidas pelos moradores locais (legítimas), contudo legalmente fazendo parte de Belém, municípios de Benevides, e Santa Bárbara, muitos moradores locais confundem a distinção de comunidades e ilhas, sobretudo somente nove (09) destas são reconhecidas legalmente. Dentre estas ilhas existe a presença de comunidades ribeirinhas, que dependem ou vivem usufruindo direta ou indiretamente dos recursos aquáticos. Faz confluência ao norte com as ilhas de Mosqueiro e São Pedro. Ao sul com as ilhas de Caratateua, Viçosa e a área continental de Ananindeua. Ao leste com as ilhas de Santa Rosa, Sororoca e Sassunema. Os rios que banham as ilhas são o Maguari e Baía do Guajará, além dos afluentes de descargas recebidos pelos aportes oceânicos (ALMEIDA, 2010). Região dotada de áreas de manguezais, ocorrendo a presença de vegetação de mangue, como mangue preto (*Avicennia schaueriana*), mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) bem como fauna de manguezal à exemplo de crustáceos como caranguejos (*Ucides cordatus*), siris (*Tyrannus melancholicus*) e Uca ou chama maré (*Uca pugnax*). Ocorre ainda a presença da vegetação de várzea, nas áreas sujeitas às inundações, dentre algumas espécies florísticas encontram-se o açáí (*Euterpe oleracea*), miriti (*Mauritia flexuosa*), virola (*Virola sp.*), andiroba (*Caraba guianensis*). Os moradores que na maioria dos casos nasceram ali naquela região, possuem pouco contato mesmo com as regiões mais próximas Curuçambá e Ananindeua (centro) que leva em torno de uma hora e meia do porto do surdo no Curuçambá. As únicas formas de acesso ocorrem por vias flúvias, que podem ser viagens de uma hora e meia até três horas de duração dependendo do porto. Estes foram identificados como portos do surdo no distrito do Curuçambá, porto do fidelis no distrito de Icoaraci, porto do fama em Icoaraci, porto do adonias no distrito de Murinim (Benevides), além de outros acessos pelo distrito de Mosqueiro, Santa Bárbara e Cotijuba. Para o acesso às Ilhas o barco pode ser fretado, e existem casos de barcos de linhas, com horas marcadas e determinadas pelas demandas das comunidades. Foi observado à categorização de Projetos de Assentamentos (PAE), onde a Ilha de João Pilatos faz parte desde o ano de 2007 e a mesma já apresenta-se com os benefícios do INCRA (como residências de ovinaria) e cumprimentos nos diz respeito aos Projetos de Assentamentos.

Tabela 1 – Entidades organizativas ligadas à atividade pesqueira e à aquicultura nas Ilhas de Ananindeua.



Ilhas	Organizações ligadas a Pesca e Aquicultura	Número de Famílias Envolvidas
Sassunema	Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilhas de Sassunema - APAMPRISA	30
Sororoca	Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilhas de Sororoca - APAMAPRIS	25
Viçosa	Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilhas de Viçosa - AMPPRIV	32
Santa Rosa	Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Pequenos Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua - APAAPRIAN	48
Maritubinha	Colônia de Pescadores Z- 93 de Ananindeua -Maritubinha	Não informado
Guajarina	Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilhas Guajarina - APAMPRIG	Não informado

A atividade de pesca é exercida de maneira artesanal, com utilização de tarrafas, espinhel, zagaia nos igarapés à dentro e nos rios praticada com malhadeiras. As principais espécies de pescado capturado são: pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), mandubé (*Ageneiosus brevifilis*), mandii (*Pimelodus spp.*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), traíra (*Hoplias malabaricus*), matrinchã (*Brycon spp.*), curimatã (*Prochilodus spp.*), camarão regional (*Macrobrachium amazonicum*), caranguejo (*Ucides Cordatus*). A pesca é voltada para comercialização em pequena escala e consumo familiar. As mulheres praticam as atividades de pescarias de crustáceos com utilização do matapi (como apetrecho). A pesca é praticada tanto nos períodos de chuvas intensas quanto nos períodos menos chuvosos. A atividade de aquicultura é realizada pelos moradores locais como atividade complementar às atividades extrativas, funcionando como uma poupança, onde as capturas provenientes dos cultivos são voltadas à alimentação familiar e comunitárias. As atividades de aquicultura são destinadas à Piscicultura, sendo realizados cultivos de peixes tropicais de água doce, em viveiros escavados, estes feitos individualmente ou em mutirões comunitários. As espécies utilizadas são o Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Curimatã (*Prochilodus spp.*), e alguns casos de Tilápias (*Oreochromis niloticus*), contudo sem observações quanto às normas ambientais vigentes. A alimentação é feita de forma natural e artificial (rações peletizadas) adquiridas em Belém. A captação de água é feita por gravidade e ocorre a presença de perdas de água por infiltração. Os cultivos foram feitos sem apoio técnico, sem capacitação local, estando os moradores interessados nestas formas de assistência. Os indicadores de qualidade de vida observados estão ligados aos aspectos educacionais, de saúde e ambientais. Quanto à educação, nas ilhas ocorre a presença de uma única escola de ensino médio e fundamental, possuindo um barco e uma lancha para atendimento dos alunos de moradias distantes, estando condicionada à continuidade dos estudos para as regiões de Ananindeua (Centro Urbano) e Belém. As Ilhas não possuem posto de saúde, agente comunitário de saúde, nem medicamentos para casos de urgência e emergência. Com relação aos indicadores ambientais, foi



possível observar indícios de poluição, sendo observado despejo de plásticos, garrafas pet, papéis nas áreas de terra firme, em áreas de igarapés e em rios.

6. CONCLUSÕES

Com o estudo e execução do projeto foi e estão sendo observados as necessidades de implementação de projetos de pesquisas, projetos de extensão, atuações por parte de órgãos governamentais e mesmo não governamentais, capacitação técnica e captação de recursos financeiros para execução de atividades de manejo dos recursos pesqueiros. Instrumentos como políticas públicas municipais voltadas à inserção de medidas regulatórias para práticas de aquicultura e preservação do meio ambiente são necessárias à conservação dos recursos naturais, aliadas a busca permanente de melhorias nos níveis educacionais com propostas de inserções dos pescadores, pescadoras, jovens e crianças em programas federais, estaduais e municipais a fim de que se possam aprimorar a formação de consciência ambiental e mesmo estimular nos mais novos.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo não seria possível sem a participação dos comunitários das Ilhas de Ananindeua, sem o apoio das bolsas de estudo pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, sem o apoio através do edital da Diretoria Geral 2012 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e Coordenação dos Recursos Pesqueiros e Agronegócios.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, O.T. Manejo de pesca na Amazônia brasileira. São Paulo. 2006.
- ALMEIDA, ADRIELSON FURTADO. Análise etnoecológica da floresta de Várzea na Ilha de Sororoca, Ananindeua, Pará, Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências. UFPA/MPEG/EMBRAPA. Belém, 2010.
- ISAAC, V.J.; BARTHEM, R.B. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. Bol. MPEG. Série Antropologia. 11(2). 1995
- ISAAC, V.J. & CERDEIRA, R.G.P. Avaliação e monitoramento de impactos dos acordos de pesca na região do Médio Amazonas / Victoria Judith Isaac – Manaus: IBAMA/Provárzea, 2004. 64p.
- McGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMA, C.; AMARAL, B. & CALABRIA, J. Fishes and the evolution of resource management on the lower Amazon floodplain. *Human Ecology* 21 (2) 1993. 167-95
- PETREIRE Jr. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. II. Locais e aparelhos de captura e estatística de desembarque. *Acta Amazônica*, Manaus, v.8, n.3, suplemento 2, p.1-54, 1978 b.
- RUFFINO, M. L. Manejo dos recursos pesqueiros no médio Amazonas. Brasília: IBAMA, 2000. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos da Pesca, 22). 350p.